

# Política Nacional de Ciência Aberta em Portugal: recomendações do grupo de trabalho sobre Avaliação científica

Lígia Ribeiro<sup>1</sup>, Maria Manuel Borges<sup>2</sup>, Diana Silva<sup>3</sup>

<sup>1</sup> ORCID 0000-0001-9225-4590, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Portugal. [lmr@fe.up.pt](mailto:lmr@fe.up.pt).

<sup>2</sup> ORCID 0000-0002-7755-6168, Universidade de Coimbra, CEIS20, Portugal. [mmb@fl.uc.pt](mailto:mmb@fl.uc.pt)

<sup>3</sup> ORCID 0000-0001-5038-4880, Universidade de Aveiro, Portugal. [dianasilva@ua.pt](mailto:dianasilva@ua.pt)

## Resumo

Em 24 de março de 2016, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 21/2016, o Governo de Portugal, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), anunciou o compromisso da ciência com os princípios e práticas da Ciência Aberta. Assume-se que o conhecimento produzido através de financiamento público deve estar disponível em acesso aberto. O acesso à ciência e ao conhecimento é indispensável a uma sociedade mais informada e mais consciente do Mundo que habita, contribuindo para a tornar mais humana, mais justa e mais democrática, uma sociedade onde o bem-estar seja partilhado por todos. A mesma resolução mandata o MCTES a criar um Grupo de Trabalho Interministerial com a missão de apresentar uma proposta de Plano Estratégico para a implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta que tem como principais objetivos: a) Elaborar um diagnóstico sobre o estado atual das práticas de Ciência Aberta em Portugal; b) Promover o debate público em torno das problemáticas associadas à Ciência Aberta; c) Identificar as melhores práticas em torno da Ciência Aberta e desenvolver programas de sensibilização; d) Definir indicadores com o objetivo de promover uma transição monitorizada e transparente para a Ciência Aberta. A organização do Grupo de Trabalho incluiu quatro subgrupos - Acesso Aberto e Dados Abertos, Infraestruturas e preservação digital, Avaliação científica e Responsabilidade social científica.

O objetivo deste trabalho é apresentar o conjunto de recomendações que o subgrupo de Avaliação científica, em articulação com os restantes, entende serem fundamentais para a implementação de práticas de Ciência Aberta dirigindo-se a agentes políticos, bem como a entidades produtoras, avaliadoras e financiadoras de Ciência.

Após uma breve introdução ao caminho que tem sido prosseguido internacionalmente para a abertura dos resultados da investigação e de uma reflexão sobre a avaliação da ciência, abordando, designadamente, a problemática relativa à utilização de indicadores quantitativos nos processos de avaliação científica, examinam-se diferentes metodologias de avaliação científica utilizadas em países europeus, bem como recomendações neste domínio emanadas de organismos como a European University Association (EUA). No que se refere a Portugal, analisa-se e discute-se a integração de práticas de Ciência Aberta nos modelos de avaliação científica, aos níveis micro (docentes, investigadores, grupos de investigação), meso (instituições de I&D, instituições de ensino superior) e macro (País), considerando os diferentes propósitos a que se destina (e.g., a contratação, a promoção, a melhoria de qualidade, a ampliação da translação do conhecimento científico para a sociedade e as empresas). A concluir, apresentam-se propostas de recomendações, quer em relação com o envolvimento dos diferentes atores intervenientes, quer relativas à utilização e aplicação de métricas, às práticas institucionais e aos sistemas informacionais de suporte, visando contribuir para

uma adequada transição para processos de avaliação científica que tenham crescentemente em consideração os princípios e práticas da Ciência Aberta.